

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO GARANTIA DE CIDADANIA- EFETIVAÇÃO

Jússara Mayara da Silva França

Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, Centro Acadêmico do Agreste - CAA

Email: jussarapri3@gmail.com

Resumo: O seguinte trabalho foi desenvolvido com o intuito de relatar a experiência vivenciadas durante a disciplina de Estágio Supervisionado I em Educação Infantil do curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco no Centro Acadêmico do Agreste. Neste caso, fizemos um percurso histórico dos avanços sobre a Educação Infantil que atualmente em nossa sociedade é direito fundamental da criança, mas nem sempre foi assim. Em seguida, destacamos as Políticas Públicas de Educação e Educação Inclusiva a fim de destacar a importância de uma educação de qualidade que contemple as diferenças e necessidades dos sujeitos. Para isso, utilizamos a abordagem qualitativa do tipo etnográfica uma vez que este tipo de estudo de acordo com André (2015) “Encontra-se diante de diferentes formas de interpretação de vida.” ressaltando o caráter subjetivo dos sujeitos, suas particularidades e experiências individuais (Minayo 2001). Nesse contexto, buscamos responder a problemática: “De que forma acontecem as inserções de alunos surdos nos processos educacionais de sala de aula?”. Para responder esta questão, foram elencados como objetivos: (1) Compreender como acontecem os processos de inserção dos alunos com necessidades especiais em sala de aula; (2) Identificar os momentos e atividades de inclusão; para que dessa forma, possa se contribuir com a discussão e a prática das questões de inclusão nas escolas. Diante observado, ainda há muito a se fazer para que haja uma formação comum para o exercício da cidadania fornecendo meios para progredir no mundo fora da escola segundo garantia da Lei de diretrizes e bases (LDB) de 1996.

Palavras-chave: Educação Infantil, Políticas públicas, Inclusão Escolar.

Introdução

Esta pesquisa foi desenvolvida com o intuito de relatar as experiências e intervenções vivenciadas durante a disciplina de Estágio Supervisionado I em Educação Infantil do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco no Centro Acadêmico do Agreste; e propõe a observação e vivência da prática docente e das experiências educativas nas turmas de Educação Infantil a fim de construir conhecimentos estabelecendo relações entre a teoria e podendo contribuir com a prática dos professores nos contextos de sala de aula

Ao entrar em campo, e observar a sala de aula em questão foi percebida a presença de um aluno surdo na turma que necessita de atendimento especial para ser inserido no contexto da sala de aula para participar e interagir com os demais estudantes colegas da turma. Diante deste contexto, foi levantada a problemática: “De que forma acontecem as inserções de alunos surdos nos processos educacionais de sala de aula?”.

Para responder esta problemática, foram elencados como objetivos: (1) Compreender como acontecem os processos de inserção dos alunos com necessidades especiais em sala de aula; (2) Identificar os momentos e atividades de inclusão; para que dessa forma, possa se contribuir com a discussão e a prática das questões de inclusão nas escolas.

Educação Infantil – Construção Histórica

Por perceber a educação infantil como uma das etapas mais importantes para o desenvolvimento da criança, é importante considerarmos o percurso e a luta histórica até a construção desta etapa da escolarização que atualmente em nossa sociedade é direito fundamental da criança, mas nem sempre foi assim.

Historicamente a educação e o cuidado direcionados a criança foram considerados por muito tempo como tarefa e responsabilidade familiar. Oliveira (2002, p.58) retrata que, nesse período a criança pequena ainda era considerada um adulto em miniatura que logo depois do período de total dependência, deveria iniciar suas atividades no mundo dos mais velhos e que paralelo a este momento, havia instituições alternativas de responsabilidade religiosa que buscava recolher as crianças rejeitadas a fim de lhes preparar para um ofício.

Diante disso, e devido ao abandono e as formas precárias de tratar os menores, surgem modelos educacionais voltados para as concepções de pensamento sobre o que é ser uma instituição que cuida da educação infantil pensando em uma educação que respeitasse a natureza infantil o que posteriormente possibilitou a discussão sobre a escolaridade obrigatória e uma prática pedagógica que visualiza a criança como sujeito educativo que tem necessidades e cuidados específicos até que se chegue à idade de ingressar no mundo dos adultos.

No Brasil, o atendimento e o trato com a educação das crianças só se dá a partir do século 19 após a abolição da escravatura quando surgem iniciativas de proteção à criança que buscavam solucionar o “problema da infância” uma vez que os filhos dos escravos não iriam mais assumir o lugar de seus pais na sociedade.

Esse movimento segundo Oliveira (2002, p.92) representava apenas “uma arte de varrer o problema para debaixo do tapete” visto que “A criação de creches, asilos e internatos eram vistos na época como instituições assemelhadas e destinadas a cuidar das crianças pobres.” sendo esse um discurso que menosprezava e discriminava as crianças atendidas por esses setores sociais.

Em contrapartida, no Rio de Janeiro, e em São Paulo, nesse mesmo período, surgiam os primeiros jardins de infância de administração privadas para crianças de extratos sociais elevados que tinha uma concepção pedagógica advinda da Europa que “se distinguiu das salas de asilo e cuidado das camadas mais populares da sociedade e tinham caráter de cuidado coma infância” (Oliveira 2002, p. 93).

Com o avanço da urbanização e industrialização, as mulheres modificam as estruturas familiares estando inseridas no mercado de trabalho necessitando abandonar o até então lugar de cuidadora do lar e dos filhos, surgem novas soluções para o cuidado das crianças que mediante lutas e conflitos da classe operária segundo Oliveira (2002, p. 97) eram “dirigidas inicialmente aos donos das indústrias foram sendo com o tempo canalizadas para o estado e atuaram como força de pressão para a criação de creches, escolas maternais e parques infantis” o que resultou nas primeiras formas de atendimento de crianças nos maternais e jardins de infância.

Com esses avanços no trato com a educação e o cuidado das crianças, surgem avanços sob os quais hoje, são reconhecidos e firmados o direito a Educação Infantil a crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas pela Constituição Federal de 1998, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente que garante a toda criança o direito a educação de qualidade.

Das Políticas Públicas de Educação a Educação Inclusiva

Sendo garantida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, para auxiliar na construção de um desenvolvimento integral da criança

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (LDB, 1996)

Dessa forma, e compreendendo a escola como um espaço multidisciplinar e repleto de conflitos para a construção de uma educação que contemple as diferenças que estão presentes no contexto da sociedade, garantir a educação para todos exige tratar na sala de aula uma perspectiva de educação que envolva os estudantes possibilitando a todos a compreensão das diferenças percebendo os sujeitos e suas capacidades, assim como a necessidade de estar no coletivo e a necessidade de participação nos contextos sociais.

Diante deste discurso, e olhando mais adiante o documento que em seu capítulo III, art. 4º garante o atendimento educacional especializado e gratuito aos estudantes com

necessidades especiais, destacamos a importância do trabalho do professor e da escola, pautados nos princípios de inclusão¹ com as crianças nas escolas desde o ensino básico.

Assim, a escola como um espaço multidisciplinar, tem em seu papel, estabelecido por lei, a responsabilidade de ofertar educação de qualidade contemplando as diferenças que estão presentes no contexto da sociedade, possibilitando inclusão, a prática de tarefas que valorizem as pluralidades e a diversidade humana presente nos espaços sociais.

Nesse sentido não se pode privar dos processos educacionais, as pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais dos processos e das relações com os demais estudantes considerados “normais”, pois como nos diz Aranha 1995:

Considerando-se que é no cenário das relações sociais interpessoais que se dá a apreensão do real, a construção do conhecimento, o desenvolvimento do homem e a construção da subjetividade e da própria sociedade, a exclusão do deficiente inviabiliza tanto para os indivíduos, deficientes e não deficientes quanto para a sociedade, o trato das diferenças enquanto elementos constitutivos da própria natureza humana. (ARANHA 1995, p. 70)

É esse movimento que possibilita o conhecimento das diversidades e a tomada de consciência sobre os diferentes, integrando os sujeitos acolhendo as diferenças fazendo valer dessa forma o direito ao conhecimento, a integração e respeito a partir da educação inclusiva e igualitária.

A educação inclusiva em contextos de necessidade ao atendimento educacional especializado é a efetivação do ideal de educação de qualidade para todos, a partir de mecanismos removendo barreiras para a aprendizagem. Segundo Noronha, Pinto e Teixeira (2014) “É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos” acontece como um processo que amplia à participação de todos os estudantes valorizando as singularidades e proporcionando o conhecimento e a interação entre as diferenças.

Metodologia

Definimos esta pesquisa como uma pesquisa qualitativa do tipo etnográfica uma vez que este tipo de estudo de acordo com André (2015): “Encontra-se diante de diferentes formas de interpretação de vida.” contexto que se aplica em sala de aula devido a sua pluralidade de

¹ Fazer figurar ou fazer parte de certo grupo, certa categoria de pessoas.

sujeitos inseridos em um mesmo espaço com diferentes indivíduos e comportamentos que possibilitam uma interpretação circunstancial dos fatos.

A pesquisa qualitativa ressalta o caráter subjetivo dos sujeitos, analisando as suas particularidades e experiências individuais. Para Minayo (2001):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001 p.22)

Já no caráter etnográfico é objetivada uma análise das ações vivenciadas corriqueiramente no contexto. Segundo Mattos (2001) o caráter etnográfico “tem como objeto o conjunto de significantes em termos dos quais os eventos, fatos, ações, e contextos, são produzidos, percebidos e interpretados, e sem os quais não existem como categorial cultural.” Mattos (2001)

Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma creche, localizada no município de Bezerros, no Estado de Pernambuco e atende a alunos de bairros periféricos localizados em sua proximidade.

A observação foi feita na turma da educação infantil que tem como professora uma pedagoga que possui pós-graduação em inclusão e conta com a ajuda de uma auxiliar que fez o ensino Normal Médio e está cursando o 4º período do curso de pedagogia.

A relação entre a professora e os alunos se dá por meio de uma boa convivência que pôde ser observada através da relação de companheirismo nutrida por ambas as partes onde a professora se dispõe em ensinar enquanto motiva os estudantes a aprender. A professora informou que segue princípios educativos próprios os quais ela pensa que devem estar em todas as escolas, são esses: Desenvolvimento da criança, físico cognitivo, social, afetivo entre outros; Relação família e escola, aluno e aluno, professor e aluno, etc; Coletividade (em comum) individualidade (diferenças) e autonomia (Estrato do diário de campo, Junho/2018).

A professora informou que concebe infância como uma fase em que a criança inicia seu conhecimento através do contato com o mundo onde a princípio família/escola se tornam um só para que essa etapa seja garantida e vivenciada com sucesso.

No tocante à dimensão pedagógica, a educadora preza pelos conhecimentos prévios e por uma aprendizagem lúdica através de brincadeiras e fazendo uma preparação atrativa da

sala de aula e que tenta organizar uma rotina no ambiente escolar prezando pela interação e troca de experiências e fatos a fim de estimular a reflexão e a busca de respostas pelos alunos através das manifestações individuais valorizando as diferenças e a conservação da autonomia do aluno.

Análise e discussão dos dados

Foi realizado na turma um projeto que teve como objetivo proporcionar conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Este projeto foi desenvolvido por perceber durante as observações que mesmo diante da presença de um aluno surdo na turma que necessitava de atendimento especial para participar e interagir com os colegas, o conhecimento da professora e dos estudantes sobre o alfabeto em libras era muito limitado.

Dessa forma, apresentar a LIBRAS como meio de comunicação para com as pessoas surdas e tratar da inclusão na sala de aula a partir das diferenças observadas em seu próprio contexto, utilizando projetos que valorizam as pluralidades e a diversidade humana presente tanto na sala de aula como nos espaços sociais é um movimento de fundamental importância.

A atividade foi realizada em dois dias não consecutivos. No primeiro momento foi notória a importância de tratar das diferenças na sala de aula uma vez que os estudantes percebem a diversidade nos ambientes em que vivem e ao serem questionadas sobre essas diferentes eles apontam exemplos de forma muito natural.

Ao serem questionados sobre o porquê somos diferentes a turma expressa suas opiniões de forma muito singular: “Porque é um é alto, outro é baixo”, “Porque fulano é preto e eu sou menos”, “Porque um é gordo e outro é magro”, “Porque Deus quis cada um de um jeito” (Extrato do diário de campo, Junho/2018), mas também, como sujeitos que são construídos a partir de um contexto “histórico e social” (KRAMER, 1999, p. 277) muitas vezes, são influenciados pelas concepções e crenças dos adultos que os circundam, por isso houve o cuidado de orientar a atividade contemplando as pluralidades e a diversidade presente nos espaços de sala de aula de forma que não excluísse os diferentes, mas sim com o intuito de acolher.

Também foi possível perceber que as crianças estão muito aptas a perceber e aceitar as diferenças sem discriminá-las, por terem apontado naturalmente as diferenças entre as pessoas de forma muito sincera e por terem participado intensamente das atividades que foram realizadas demonstrando interesse e cuidado em aprender as atividades para que pudessem aprender a se comunicar com as pessoas que são surdas.

Com o segundo dia de desenvolvimento e a conclusão do projeto realizado, foi notória a importância de tê-lo desenvolvido. Nesse dia com a presença de do aluno que possui necessidades especiais na sala de aula interagindo com os colegas e participando do desenvolvimento das atividades realizadas, foi percebido que que é possível e necessária, uma formação comum para o exercício da cidadania fornecendo meios necessários para todos os estudantes progredirem no mundo fora da escola, podendo assim assumir o seu papel social de cidadão segundo garantia da Lei de diretrizes e bases (LDB) de 1996.

Considerações

A atividade desenvolvida na turma de infantil 4 possibilitou a observação e vivência da prática docente e do planejamento pedagógico e a construção de conhecimentos identificando relações entre a teoria e a prática exercidas nos contextos de sala de aula.

A realização desta pesquisa, assim como toda a experiência adquirida com a atividade prática, proporcionou grandes aprendizagens e uma troca intensa de conhecimentos que contribuíram grandemente para a experiência formativa.

Destaco a importância do projeto desenvolvido por perceber a participação e o cuidado dos alunos em apreender o que estava sendo ensinado para que segundo eles pudessem se comunicar com as pessoas surdas. Trabalhar a Língua Brasileira de Sinais a partir de um projeto que envolva os estudantes proporcionando o conhecimento das diversidades, acolhendo as diferenças a fim de uma educação inclusiva a partir de uma concepção de educação que integre e respeite todos os sujeitos.

Com isso, compreendo que os objetivos do projeto foram alcançados uma vez que foi compreendido que os processos de inserção dos alunos com necessidades especiais em sala de aula acontecem de maneira simbólica através símbolos e gestos entre os alunos e aluno, alunos e professora auxiliar e aluno e professora auxiliar, no contexto observado e são esses os momentos identificados como atividades de inclusão. Nesse sentido, a problemática dessa pesquisa que consiste em: **“De que forma acontecem as inserções de alunos surdos nos processos educacionais de sala de aula?”** tem como resposta uma inserção mínima baseada em símbolos e gestos pouco elaborados desconsiderando o trabalho e o ensino da Língua Brasileira de Sinais para a garantia de uma participação integral do sujeito.

Diante do exposto, é notório que há muito a se fazer para que haja uma formação comum para o exercício da cidadania fornecendo meios para progredir no mundo fora da escola segundo garantia da Lei de diretrizes e bases (LDB) de 1996.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ; Marli Eliza D.A. de. **Etnografia da Prática Escolar**, 2015.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Integração Social do deficiente: Análise conceitual e Metodológica**. Temas em Psicologia, n. 2. Ribeirão Preto. Sociedade Brasileira de Psicologia, 1995. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v3n2/v3n2a08.pdf>> , acesso em: 10/09/2018.

BRASIL, **LDB**. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 maio. 2018.

FREIRE, Adriani. Formação de educadores em serviço: construindo sujeitos, produzindo singularidades. In: KRAMER, Sonia (Org.). **Infância e Educação infantil**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

MATTOS; Carmen Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica; 2001.

MINAYO; Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 2001

NORONHA, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele Lemes. **Educação especial e educação inclusiva: aproximações e convergências**. Artigo SEDUC. Cuiabá- MT, 2014.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos** - São Paulo: Cortez, 2002.